Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

COLAPSO EM MACEIÓ

Área de risco ampliada tira mais gente de casa

Justiça manda realocar famílias que ficaram de fora do acordo de compensação firmado pela Brasken na área da mina de sal-gema

» ÂNDREA MALCHER

Após um protesto, na sexta-feira, de moradores de bairros próximos à Braskem, em Maceió (AL), a Defesa Civil informou, ontem, que a Justiça determinou a realocação das famílias de 23 residências que permaneciam na região por não terem sido incluídas no acordo de compensação para que deixassem suas casas. O órgão afirma que a área de risco, que inclui os bairros Mutange – sob o qual está a mina 18, alvo das maiores preocupações —, Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto e Farol foi completamente evacuada.

As comunidades de Flexais, onde vivem cerca de 3 mil pessoas, ficaram ilhadas socialmente pela desocupação dos cinco bairros afetados pelo risco iminente do colapso do solo, em razão da exploração de sal-gema na área. Para acessar as localidades, é preciso passar pelos bairros desertos.

O líder comunitário Maurício Sarmento diz que não há plano para a retirada dos moradores de Flexal de Cima e Flexal de Baixo. Ele alega que a prefeitura e a Braskem estariam dispensando tratamento diferente em relação a outros bairros afetados pela mineração. A própria Defesa Civil destacou, em nota, ontem, que "o bairro do Mutange, onde fica a mina 18, cuja realocação preventiva foi iniciada pela Braskem em dezembro de 2019, está desocupada, sem nenhuma pessoa residindo na região desde abril de 2020".

"Temos que sair daqui, não pode ter tratamento diferenciado com outras áreas que já estão afetadas. Não aceitamos ir para abrigos públicos. O que aconteceu aqui não foi um acidente, foi um crime. Queremos sair daqui com dignidade e com indenização justa", exigiu Sarmento.

A dona de casa Malbete dos Santos Correia, de 54 anos, lamenta ter que deixar o local onde mora desde que nasceu. "Estou pensando em sair mesmo sem proteção nenhuma porque, como estou vivendo, não é jeito de ninguém viver. A gente não vive mais, não estamos dormindo nem se alimentando, aqui não tem açougue, padaria, farmácia, mercadinho, não tem nada."

Pei Fon/Estadão Conteúdo

Vista geral da região que engloba os bairros Pinheiro, Mutange, Bom Parto e Bebedouro, às margens da lagoa Mundaú: casas abandonadas

Ilhados

Enquanto isso, o prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (PL), o JHC, prometeu que irá apoiar os moradores dos Flexais, para que tenham direito a uma realocação ou compensação pelo "ilhamento social" vivido. "O mapa já foi ampliado e, com base nessa atualização do mapa 5, o Bom Parto teve novas famílias que serão contempladas com a última decisão requerida pelo Ministério Público Federal e homologada pela Justiça Federal", disse o prefeito.

"Criamos uma tese de ilhamento social porque você fica sem o mercadinho próximo, sem o açougue, sem a escola do filho, acaba perdendo toda a dinâmica de vida nas proximidades. Então, essas comunidades ficaram ilhadas, como é o caso dos Flexais e de outras", reconheceu JHC.

"Sem realocação, com esses novos fatos, nós vamos sentar à mesa novamente, fazer todo um estudo. O Bom Parto já foi contemplado neste momento, mas, agora, vamos discutir a questão dos Flexais, porque, de acordo com esses novos fatos, as estratégias que foram inicialmente desenhadas, que já teriam a previsão de implementar as mudanças nos Flexais em dois anos, vão precisar ser reavaliadas", completou.

Embora o risco de colapso seja motivo para que a Defesa Civil mantenha o alerta máximo na região, o coordenador do órgão em Alagoas, coronel Moisés Melo, afirmou, em entrevista à GloboNews, que o ritmo de afundamento do solo desacelerou, mas "poderá chegar a qualquer momento a eclodir" e que, "com certeza, atingirá a superfície".

No boletim divulgado às 18h de ontem, o deslocamento vertical da mina 18 estava em 0,7cm por hora, com um movimento de 11,8cm desde sexta-feira. Ao todo, a região afundou 1,61 metro.

"A gente acredita que (a cratera que surgirá após o colapso da mina) será, aproximadamente, cinco vezes o seu raio, que está hoje, em média, em 32 metros. A população que reside nesse entorno está a uma distância considerável, em média, 2 quilômetros de distância desse local, que é aqui às margens da lagoa Mundaú", explicou o coordenador.

A Defesa Civil garantiu, em nota, que não há risco de os municípios de Pilar, Coqueiro Seco e Santa Luzia do Norte, banhados pela lagoa Mundaú, serem atingidos. "Acreditamos que vai surgir uma cratera. Essa cratera será preenchida pela água da lagoa Mundaú. Não vai ser uma cratera no meio da cidade, não vai gerar terremoto, tsunami, nada disso. Essa cratera será, na sua maioria, submersa, preenchida de imediato pela água da lagoa", explicou o coronel Moisés à CNN. Ele ressalvou que o órgão ainda não tem como aferir a dimensão dos danos que o colapso pode provocar ao meio ambiente.

Pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) coletam amostras da lagoa Mundaú para avaliar se há alteração na água. Geólogos apontam que há contato de água com a camada de sal dentro da mina e, com a aproximação da superfície, isso poderá causar danos ambientais.

A prefeitura também está em tratativas com o ministro da Pesca, André de Paula, para a liberação de um auxílio a pescadores de Maceió que dependem da lagoa para subsistir.

Pressão para instalar CPI

Com a gravidade da situação gerada pelo risco iminente de colapso da mina 18 da Braskem em Maceió, uma antiga disputa política ganha nuances. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reforçou a pressão sobre o governo federal por ajuda para a capital alagoana. Ele já telefonou ao ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, e ao presidente em exercício, Geraldo Alckmin.

Adversário político do presidente da Câmara, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), por sua vez, subiu o tom da cobrança pela instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as ações da Braskem. O senador destacou em suas redes sociais que "Maceió vive, há seis anos, aterrorizada com frequentes abalos e realocações coercitivas, ampliação das fendas e tremores".

"Isso não começou ontem. Não foi da noite para o dia. A prefeitura de Maceió, o tempo todo, minimizou os crimes da Braskem. Alegava não haver mais riscos para a sociedade. Mentiu, evidentemente! Fez um acordo com a Braskem e com o Ministério Público, deu quitação plena à empresa, entregou ruas, praças públicas e os terrenos dos bairros afetados para uma posterior utilização no mercado imobiliário", acusou o senador. "Até hoje, elas (as pessoas afetadas) não viram um centavo do R$ 1,7 bilhão pago pela Braskem à prefeitura de Maceió".

O acordo entre a empresa e a prefeitura da capital alagoana, citado por Calheiros, foi motivo para o governador, Paulo Dantas (MDB), ir ao Tribunal de Contas da União (TCU) e pedir a suspensão do trâmite. Dantas, aliado de Calheiros, afirmou que o acordo é "excludente", por não incluir o governo estadual. Ele deve se encontrar com o presidente Lula assim que ele retornar da COP28.

O senador informou que, na próxima semana, estará com autoridades dos Três Poderes. "Vamos pedir agilidade na solução da tragédia, pressa na CPI e a criação de uma instância no CNJ (Conselho Nacional de Justiça), como feito nos desastres (das barragens) de Minas Gerais."

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), leu, em 24 de outubro, o requerimento de criação da CPI da Braskem, de autoria de Calheiros. O parlamentar conseguiu reunir 45 assinaturas, 18 a mais do que o mínimo necessário. Porém, sem a indicação dos integrantes pelos líderes partidários, a CPI está empacada. Pacheco estipulou que as bancadas indicassem seus nomes até 1º de novembro, mas somente o MDB atendeu ao pedido. Renan disse que acionará o Supremo Tribunal Federal (STF) caso os partidos não apontem seus representantes até a próxima sexta-feira.

Lira, por sua vez, defende o acordo firmado entre a empresa e a prefeitura, comandada pelo aliado João Henrique Caldas, o JHC (PL), mas passou a defender a responsabilização da Braskem. Em vídeo postado nas redes sociais, o presidente da Câmara defendeu que o problema seja tratado "sem maiores complicações políticas". (**AM**)

Ajuda a pescadores da lagoa Mundaú

A prefeitura de Maceió distribuiu mil cestas básicas, ontem, para 500 pescadores e marisqueiras cadastrados na Colônia Z4, de Bebedouro, afetados pela restrição de pesca na lagoa Mundaú. O presidente da comunidade de pesca, Mauro Pedro, disse que a entrega dos alimentos foi uma demanda dos pescadores. "Estamos sem pescar devido ao risco e ao medo entre os pescadores. Essas cestas vão ser muito importantes para amenizar o problema que a gente está passando", disse ele.

O risco de colapso de uma das minas de sal-gema também afeta o sistema de saúde da região. Após o Hospital Sanatório ser evacuado, na madrugada de quinta-feira, a direção do Hospital Escola Portugal Ramalho se reuniu, ontem, com as autoridades para tratar da desocupação da unidade, que conta com 120 pacientes psiquiátricos no local.

A Braskem encerrou a mineração na capital alagoana em 2019, após a comprovação de que a atividade provocou rachaduras em casas do bairro de Mutange. Desde lá, a empresa vem tomando medidas para fechar definitivamente os poços de sal "conforme plano apresentado às autoridades e aprovado pela Agência Nacional de Mineração (ANM)", como informou a Defesa Civil, em nota.

"Esse plano registra 70% de avanço nas ações, e a conclusão dos trabalhos está prevista para meados de 2025. Das 35 cavidades, nove receberam a recomendação de preenchimento com areia. Dessas, cinco tiveram o preenchimento concluído, em outras três os trabalhos estão em andamento e uma já está pressurizada, indicando não ser mais necessário o preenchimento com areia. Em outras cinco cavidades, foi confirmado o status de autopreenchimento", detalhou o órgão.

"As demais 21 cavidades estão sendo tamponadas e/ou monitoradas, sendo que em sete delas o trabalho já foi concluído. As atividades para preenchimento da cavidade 18 estavam em andamento e foram suspensas preventivamente devido à movimentação atípica no solo. Todo o trabalho segue prazos pactuados no âmbito do plano de fechamento, que é regularmente reavaliado com a ANM", finalizou. (**AM**)

GUIDO JR./ESTADÃO CONTEÚDO

Moradores do Bom Parto protestam contra demora na solução do problema

> **Não aceitamos ir para abrigos públicos. O que aconteceu aqui não foi um acidente, foi um crime. Queremos sair daqui com dignidade e indenização justa"**
>
> ***Maurício Sarmento,***
> *líder comunitário*